

3º Exame OAB Santa Catarina 2002

ALTERNATIVAS CORRETAS EM AZUL

DIREITO CONSTITUCIONAL

01) Ao consagrar o princípio do pluralismo político, a Constituição do Brasil institui:

(V) Um dos fundamentos da República;

(F) Os sindicatos como representantes das categorias sociais da produção;

(F) A multiplicidade de legendas partidárias; turmar02

(F) O princípio democrático.

02) Diante de ato normativo que exorbeite do poder regulamentar ou dos limites de delegação do legislativo, compete exclusivamente ao Congresso Nacional:

(F) Argüir a inconstitucionalidade do ato;

(F) Extinguir o poder regulamentar;

(V) Sustar o ato;

(F) Emendar o ato, a fim de enquadrá-lo nos limites da delegação legislativa.

03) O sistema financeiro nacional será regulado em lei:

(F) Ordinária, que fixará critérios restritos para a movimentação das cadernetas de poupança;

(F) Ordinária, que disciplinará os interesses nacionais em matéria financeira;

(V) Complementar que disporá sobre funcionamento dos estabelecimentos de previdência;

(F) Complementar, que fixará a taxa máxima de juros a ser cobrada pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar no país.

04) São características do Mandado de Segurança:

(F) Proteção de direito líquido e certo, inclusive contra lei em tese, quando o abuso for cometido por autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público;

(V) Proteção de direito líquido e certo, exceto contra lei em tese, quando o abuso for cometido por autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público;

(F) Proteção ao direito líquido e certo de ir, vir ou permanecer, quando o abuso for cometido por autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público;

(F) Proteção contra lesão de direito líquido e certo, exceto contra lei em tese.

05) O chamado "quinto constitucional" significa:

(F) A necessidade da assinatura de 1/5 dos cidadãos brasileiros, para propor projeto de lei no Congresso Nacional;

(V) A participação assegurada ao Ministério Público e aos Advogados nos Tribunais Estaduais, no Distrito Federal, dos Territórios e Tribunais Regionais Federais;

(F) O quorum necessário para aprovação dos projetos de Emenda Constitucional;

(F) Os honorários máximos que o advogado poderá cobrar em qualquer tipo de ação.

DIREITO ADMINISTRATIVO

06) Assinale a alternativa correta:

De acordo com o direito positivo, a "administração indireta federal" é composta por:

(F) Autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista prestadoras de serviço público e fundações instituídas pelo Poder Público;

(F) Autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista prestadoras de serviço público e empresas concessionárias de serviço público;

(V) Autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas pelo Poder Público;

(F) Autarquias, órgãos autônomos, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas pelo Poder Público.

07) Qual é a modalidade de licitação utilizada para aquisição de bens e serviços comuns, promovida exclusivamente no âmbito da União, qualquer que seja o valor estimado da contratação, em que a disputa pelo fornecimento é feita por meio de propostas e lances em sessão pública?

(F) Concorrência;

(F) Concurso;

(V) Pregão;

(F) Leilão.

08) A atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direitos, interesses ou liberdades individuais, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão do interesse público, nos limites da lei e com observância do devido processo legal, constitui mais propriamente o exercício do poder:

- (V) De polícia;
- (F) Disciplinar;
- (F) Hierárquico;
- (F) Regulamentar.

09) Quanto à anulação ou invalidação dos atos administrativos, é correto afirmar, à vista da jurisprudência sumulada do STF (Súmula 473, STF):

- (F) Revoga-se ato administrativo ilegal e anula-se ato administrativo válido;
- (F) A revogação do ato administrativo é prerrogativa exclusiva do Poder Judiciário, uma vez que a Administração Pública não pode revogá-lo "ex officio";
- (F) A revogação do ato administrativo pode ser levada a efeito tanto pela própria Administração Pública como pelo Poder Judiciário;
- (V) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivos de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

10) A responsabilidade extracontratual do Estado, pelos danos causados por seus agentes a terceiros, é hoje tida por ser:

- (F) Subjetiva passível de regresso;
- (F) Objetiva insusceptível de regresso;
- (V) Objetiva passível de regresso;
- (F) Subjetiva insusceptível de regresso.

DIREITO TRIBUTÁRIO

11) Assinale a alternativa CORRETA:

- (F) O princípio da tipicidade, que se aplica somente aos impostos, costuma qualificar-se de fechada ou cerrada;
- (V) O princípio da anterioridade não se aplica ao Imposto sobre Produtos Industrializados e o Imposto sobre Operações Financeiras;
- (F) No Direito Tributário não se aplica o princípio da igualdade, mas somente o princípio da capacidade contributiva;
- (F) O princípio da vedação de tributo confiscatório vem expresso na Constituição Federal como a impossibilidade de ser tributada mais da metade do patrimônio ou renda do contribuinte.

12) No que se refere à responsabilidade tributária, é CERTO que:

- (F) A lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa não vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação;
- (V) A Igreja pode figurar como substituta tributária, respondendo com recursos próprios, na hipótese de descumprimento do dever de retenção do tributo;
- (F) Somente pode ser exigido do responsável por sucessão os créditos tributários definitivamente constituídos no momento da sucessão;
- (F) M & S Ltda. adquiriu um imóvel utilizado anteriormente pela JB Ltda., com suas benfeitorias e utensílios, continuando assim a respectiva exploração, mas adotando outra razão social, motivos pelos quais não responde pelos débitos tributários da JB Ltda.

13) Assinale a alternativa CORRETA:

- (F) Ainda que não conste na lei, mas se o proprietário de imóvel firmar contrato onde o locatário é responsável pelo pagamento do IPTU, o Fisco deve exigir deste o adimplemento;
- (F) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre outorga de imunidade;
- (V) Salvo disposição de lei em contrário, temos como um dos efeitos da solidariedade, que a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais;
- (F) Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, os administradores de bens de terceiros, não respondem solidariamente pelos tributos devidos por estes.

14) No que pertine às contribuições, excetuando a contribuição de melhoria, é CORRETO afirmar:

- (F) Para instituição de contribuições, a competência é exclusiva da União, salvo aquelas para o custeio de previdência e assistência, para o que há competência comum entre a União e os Estados;
- (F) Somente por lei complementar a União pode instituir as contribuições sociais para a Seguridade Social do artigo 195 da Constituição Federal;
- (F) A lei, ainda que complementar, não pode instituir outras fontes destinadas à manutenção ou expansão da seguridade social;
- (V) As contribuições sociais para a seguridade social do empregador, da empresa e da entidade equiparada na forma da lei, incidem sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício, sobre a receita ou o faturamento e sobre o lucro.

15) Assinale a alternativa CORRETA:

- (F) A divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros é vedada em qualquer hipótese, exceto no caso de requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça;
- (F) As entidades imunes e as pessoas que não são contribuintes não precisam observar as exigências das autoridades administrativas em matéria de fiscalização;

- (F) Os livros obrigatórios de escrituração fiscal e os comprovantes dos lançamentos deles efetuados devem ser conservados até que a Administração Pública os fiscalize;
- (V) A concessão de tutela antecipada em ação ordinária possibilita ao contribuinte devedor a obtenção de certidão positiva com efeitos de negativa.

DIREITO COMERCIAL

16) Sobre a novação mercantil, assinale a alternativa INCORRETA:

- (F) Dá-se a novação quando o devedor contrai com o credor uma nova obrigação que altera a natureza da primeira;
- (V) A novação somente desonera os obrigados que nela intervêm;
- (F) Dá-se a novação quando um novo devedor substitui o antigo e este fica desobrigado;
- (F) Dá-se a novação quando por uma nova convenção se substitui um credor a outro, por efeito da qual o devedor fica desobrigado do primeiro.

17) Sobre a liquidação de sociedades, assinale a alternativa INCORRETA:

- (V) O liquidante é obrigado a comunicar semestralmente a cada sócio o estado da liquidação;
- (F) Não bastando o estado da caixa da sociedade para pagar as dívidas exigíveis, é obrigação do liquidante pedir aos sócios os fundos necessários, nos casos em que eles forem obrigados a presta-los;
- (F) Os liquidantes são responsáveis aos sócios pelo dano que à massa resultar de sua negligência no desempenho de suas funções e por qualquer abuso dos efeitos da sociedade;
- (F) Os liquidantes não podem transigir, nem assinar compromissos sobre os interesses sociais, sem autorização especial dos sócios dada por escrito, sob pena de nulidade.

18) Sobre as espécies de sociedade mercantil, assinale a alternativa INCORRETA:

- (F) Quando duas ou mais pessoas, sendo ao menos uma comerciante, se reúnem, sem firma social, para lucro comum, em uma ou mais operações de comércio determinadas, trabalhando um, alguns ou todos, em seu nome individual para o fim social, a associação toma o nome de sociedade em conta de participação, acidental, momentânea ou anônima;
- (F) Diz-se sociedade de capital e indústria aquela que se contrai entre pessoas, que entram por uma parte com os fundos necessários para uma negociação comercial em geral, ou para alguma operação mercantil em particular, e por outra parte com a sua indústria somente;
- (F) Existe sociedade em nome coletivo ou com firma, quando duas ou mais pessoas, ainda que algumas não sejam comerciantes, se unem para comerciar em comum, debaixo de uma firma social;
- (V) Quando duas ou mais pessoas, sendo ao menos uma comerciante, se associam para fim comercial, obrigando-se uns como sócios solidariamente responsáveis, e sendo outros simples prestadores de capitais, com a condição de não serem obrigados além dos fundos que forem declarados no contrato, esta associação tem a natureza de sociedade em conta de participação.

19) Sobre as sociedades por cota de responsabilidade limitada, assinale a alternativa INCORRETA:

- (F) Não admite a figura do sócio de indústria;
- (F) O sócio gerente responde para com a sociedade e para com terceiros solidária e ilimitadamente pelo excesso de mandato e pelos atos praticados com violação do contrato ou das leis;
- (F) Cabe ação de perdas e danos, sem prejuízo da responsabilidade criminal, contra o sócio que usar indevidamente da firma social ou que dela abusar;
- (V) O sócio gerente pode ser dispensado da prestação de caução por deliberação da maioria dos sócios em assembléia, constando de documento escrito arquivado nos livros da sociedade.

20) Sobre a falência, assinale a alternativa CORRETA:

- (F) Não pode a falência ser requerida pelos herdeiros do devedor;
- (F) Não será declarada a falência do espólio do devedor comerciante depois de decorridos 5 (cinco) anos de sua morte;
- (V) O juiz, a requerimento do síndico, pode ordenar o seqüestro de bens que bastem para efetivar a responsabilidade dos sócios;
- (F) Não caracteriza falência a convocação dos credores pelo comerciante para a proposição de dilação, remissão de créditos ou cessão de bens.

DIREITO CIVIL

21) No tocante aos "defeitos dos atos jurídicos", assinale a alternativa INCORRETA:

- (F) O erro na indicação da pessoa, ou coisa, a que se referir a declaração de vontade, não viciará o ato, quando por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa ou pessoa cogitada;
- (F) Só vicia o ato a falsa causa, quando expressa como razão determinante ou sob forma de condição;
- (F) Considera-se erro substancial o que interessa à natureza do ato, o objeto principal da declaração, ou alguma das qualidades a ele essenciais. Tem-se igualmente por erro substancial o que disser respeito a qualidades essenciais da pessoa, a quem se refira a declaração de vontade;
- (V) São nulos os atos jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial.

22) Sobre o tema "fraude contra credores", assinale a alternativa INCORRETA:

- (F) Os atos de transmissão gratuita de bens, ou remissão de dívida, quando os pratique o devedor já insolvente, ou por eles reduzidos à insolvência, poderão ser anulados pelos credores quirografários como lesivos dos seus direitos, sendo que só os credores que já o eram ao tempo desses atos, podem pleitear-lhes a anulação;

(V) Se o adquirente dos bens do devedor insolvente ainda não tiver pago o preço e este for, aproximadamente, o corrente, fica obrigado a consignar o pagamento em partes iguais diretamente aos demais credores;

(F) São anuláveis os contratos onerosos do devedor insolvente, quando a insolvência for notória ou houver motivo para ser conhecida do outro contraente;

(F) Presumem-se fraudatórias dos direitos dos outros credores as garantias de dívidas que o devedor insolvente tiver dado a algum credor.

23) Assinale a alternativa INCORRETA:

(V) As ações reais prescrevem, ordinariamente, em vinte anos, as pessoais em dez, entre presentes e, entre ausentes em quinze, contados da data em que poderiam ter sido propostas;

(F) A renúncia da prescrição pode ser expressa, ou tácita, e só valerá, sendo feita sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar;

(F) O juiz não pode conhecer da prescrição de direitos patrimoniais, se não foi invocada pelas partes;

(F) As pessoas que a lei priva de administrar os próprios bens têm ação regressiva contra os seus representantes legais, quando estes, por dolo, ou negligência, derem causa à prescrição.

24) Assinale a alternativa INCORRETA:

(F) O proprietário, ou inquilino de um prédio tem o direito de impedir que o mau uso da propriedade vizinha possa prejudicar a segurança, o sossego e a saúde dos que o habitam;

(F) O proprietário tem direito a exigir do dono do prédio vizinho a demolição, ou reparação necessária, quando este ameace ruína, bem como que preste caução pelo dano iminente;

(V) O dono do prédio rústico, ou urbano, que se achar encravado em outro, sem saída pela via pública, fonte ou porto, tem direito a reclamar do vizinho que lhe deixe passagem, fixando-se a esta judicialmente o rumo, quando necessário, não dando ao cedente direito à indenização.

(F) Não constituem servidão as passagens e atravessadouros particulares, por propriedades também particulares, que não se dirigem a fontes, pontes, ou lugares públicos, privados de outra serventia.

25) No tocante às "obrigações solidárias", assinale a alternativa INCORRETA:

(F) Há solidariedade quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado à dívida toda. A solidariedade não se presume, resulta da lei ou da vontade das partes;

(V) Convertendo-se a prestação em perdas e danos, põe termo à solidariedade;

(F) Enquanto algum dos credores solidários não demandar o devedor comum, a qualquer daqueles poderá este pagar;

(F) O pagamento feito a um dos credores solidários extingue inteiramente a dívida. O mesmo efeito resulta da novação, da compensação e da remissão.

26) No tocante à "cessão de créditos", assinale a alternativa INCORRETA:

(F) O credor pode ceder o seu crédito, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor;

(F) O cessionário de crédito hipotecário tem, como o sub-rogado, o direito de fazer inscrever a cessão à margem da inscrição principal;

(F) A cessão de crédito não vale em relação ao devedor, senão quando a este notificada, mas por notificado se tem o devedor que, em escrito público ou particular, se declarou ciente da cessão feita;

(V) O crédito penhorado pode ser transferido pelo credor que tiver conhecimento da penhora.

27) Em relação à "evicção" assinale a alternativa INCORRETA:

(V) O adquirente poderá demandar pela evicção se foi privado da coisa, não pelos meios judiciais, mas em razão de força maior.

(F) Nos contratos onerosos, pelos quais se transfere o domínio, posse ou uso, será obrigado o alienante a resguardar o adquirente dos riscos da evicção, toda vez que se não tenha excluído expressamente esta responsabilidade, sendo que as partes podem reforçar ou diminuir essa garantia;

(F) Não obstante a cláusula que exclui a garantia contra a evicção, se esta se der, tem direito o evicto a recobrar o preço, que pagou pela coisa evicta, se não soube do risco da evicção, ou dele informado, o não assumiu;

(F) Se a evicção for parcial, mas considerável, poderá o evicto optar entre a rescisão do contrato e a restituição da parte do preço correspondente ao desfalque sofrido.

28) Assinale a alternativa INCORRETA:

(F) Pelo contrato de compra e venda, um dos contraentes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro;

(F) Nulo é o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a taxação do preço;

(V) No contrato de compra e venda, salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas da escritura a cargo do vendedor, e a cargo do comprador as da tradição;

(F) Os ascendentes não podem vender aos descendentes, sem que os outros descendentes expressamente consentam.

29) Assinale a alternativa INCORRETA:

(V) É direito básico do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a obrigatoriedade de inversão do ônus da prova a seu favor;

(F) É direito básico do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

(F) É direito básico do consumidor a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e

difusos;

(F) É direito básico do consumidor a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

30) Assinale a alternativa INCORRETA:

(F) Será sempre judicial a partilha, se os herdeiros divergirem, assim como se algum deles for menor, ou incapaz;

(F) O herdeiro que sonegar bens da herança, não os descrevendo no inventário, quando estejam em seu poder, ou, com ciência sua, no de outrem, ou que os omitir na colação, a que os deva levar, ou o que deixar de restituí-los, perderá o direito, que sobre eles lhes cabia;

(V) É nula a partilha feita pelo pai, por ato entre vivos ou de última vontade;

(F) A herança responde pelo pagamento das dívidas do falecido; mas, feita a partilha, só respondem os herdeiros, cada qual em proporção da parte que na herança lhe coube.

DIREITO PENAL

31) Assinale a alternativa INCORRETA:

(F) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime;

(F) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída;

(F) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até a metade na hipótese de ter sido previsível resultado mais grave;

(V) Quem, de qualquer forma concorre para o crime incide nas mesmas penas cominadas aos demais agentes.

32) Assinale a alternativa CORRETA:

(V) Para efeito de reincidência, não se consideram os crimes militares próprios e os crimes políticos;

(F) A condenação por qualquer espécie de crime induz ao reconhecimento da reincidência;

(F) Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de condenado por sentença judicial recorrível;

(F) Prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação.

33) Sobre a imputabilidade penal, assinale a alternativa INCORRETA:

(F) É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento;

(V) A violenta emoção é causa excludente de imputabilidade;

(F) A pena pode ser reduzida de 1/3 a 2/3, se o agente, em virtude da perturbação da saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito de fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento;

(F) A embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, não é excludente de imputabilidade.

34) Sobre a prescrição, assinale a alternativa INCORRETA:

(F) As penas restritivas de direitos têm prazo prescricional reduzido pela metade;

(F) Depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, regula-se pelo máximo da pena abstrata;

(F) A pena de multa prescreve em um ano se for a única aplicada ou cominada;

(V) Na contagem para efeito de prescrição de sentença condenatória transitada em julgado, é possível o aumento de 1/3 se o condenado for reincidente.

35) Assinale a alternativa INCORRETA:

(F) Se dá o concurso material quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes;

(F) Se em razão do concurso material forem aplicadas penas restritivas de direitos, o condenado cumprirá simultaneamente as que forem compatíveis entre si e sucessivamente as demais;

(F) Pelo concurso material aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que o agente haja incorrido;

(V) Em razão do concurso material, no caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro a de detenção.

36) Assinale a alternativa INCORRETA:

(F) Crime consumado é aquele que reúne todos os elementos de sua definição legal;

(V) A pena para o crime tentado é a mesma do crime consumado diminuída de metade;

(F) O agente que assume o risco de produzir o resultado do crime age com dolo;

(F) Não há crime se o agente pratica o fato no exercício regular de direito.

37) Sobre as circunstâncias atenuantes, assinale a alternativa INCORRETA:

(V) O desconhecimento da lei não é causa para atenuação da pena;

(F) Se o agente for menor de 21 anos de idade na data do fato, verifica-se uma circunstância atenuante;

(F) É circunstância atenuante a confissão espontânea do acusado;

(F) Pode haver a diminuição de pena por circunstância atenuante não prevista expressamente em lei.

38) Dos crimes contra a honra, assinale a alternativa CORRETA:

(F) A ofensa à dignidade da vítima é crime de difamação;

(F) Imputar fato ofensivo à reputação da vítima é crime de injúria;

(V) A ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte, não constitui crime de injúria ou de difamação punível;
(F) No crime de injúria real aplica-se apenas a pena relativa à violência.

39) Sobre a prescrição, assinale a alternativa INCORRETA:

(F) A decisão de pronúncia é causa interruptiva;

(F) O recebimento da denúncia é causa de interrupção;

(F) Nos crimes conexos, que sejam objeto do mesmo processo, estende-se aos demais a interrupção relativa a qualquer dos autores;

(V) A prescrição é interrompida enquanto o agente cumpre pena no estrangeiro.

40) Sobre o crime de furto, assinale a alternativa CORRETA:

(F) Sendo de pequeno valor a coisa furtada, independentemente da primariedade do acusado, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou somente aplicar a pena de multa;

(F) O furto cometido com grave ameaça ou violência é forma qualificada e tem pena aumentada de 1/3 a 1/6;

(V) O furto de veículo para ser transportado para outro Estado é uma forma qualificada do crime;

(F) O herdeiro que subtrai do monte-mor, em consentimento ou conhecimento dos demais herdeiros, bens que representam o seu quinhão, responde pelo crime de furto de coisa comum.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

41) Assinale a alternativa CORRETA:

(V) No procedimento sumário, das decisões sobre matéria probatória, ou proferidas em audiência, caberá apenas agravo retido;

(F) No procedimento sumário, das decisões sobre matéria probatória, ou proferidas em audiência, caberá apenas agravo de instrumento;

(F) No procedimento sumário, das decisões sobre matéria probatória, ou proferidas em audiência, não caberá recurso;

(F) No procedimento sumário é admissível a ação declaratória incidental.

42) Assinale a alternativa INCORRETA:

(F) Em qualquer grau de jurisdição, havendo motivo justificado, pode o juiz exceder, por igual tempo, os prazos que o Código de Processo Civil lhe assina;

(F) O juiz proferirá os despachos de expediente no prazo de 2 (dois) dias, e as decisões no prazo de 10 (dez) dias;

(F) Qualquer das partes ou o órgão do Ministério Público poderá representar ao presidente do Tribunal de Justiça contra o juiz que excedeu os prazos previstos em lei. Distribuída a representação ao órgão competente, instaurar-se-á procedimento para apuração da responsabilidade. O relator, conforme as circunstâncias, poderá avocar os autos em que ocorreu excesso de prazo, designando outro juiz para decidir a causa;

(V) Podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar o prazo peremptório. A convenção, porém, só tem eficácia se, requerida antes do vencimento do prazo, se fundar em motivo legítimo.

43) Sobre a "ação monitória" assinale a alternativa INCORRETA:

(F) A ação monitória compete a quem pretender, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel;

(V) Estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz ouvirá a parte contrária, quando decidirá sobre a expedição do mandado de pagamento ou de entrega da coisa no prazo de 15 (quinze) dias;

(F) Cumprindo o réu o mandado de pagamento ou de entrega de coisa, ficará isento de custas e honorários advocatícios;

(F) Os embargos, na ação monitória, independem de prévia segurança do juízo e serão processados nos próprios autos, pelo procedimento ordinário. Se rejeitados os embargos, constituir-se-á, de pleno direito, título executivo judicial.

44) Assinale a alternativa INCORRETA:

(F) O princípio da iniciativa da parte, fundamental para a garantia da individualidade da jurisdição, traz como consequência a limitação objetiva da sentença ao pedido como foi formulado;

(F) O princípio da indeclinabilidade da jurisdição preceitua que o juiz não deve se eximir de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei, partindo tal princípio da própria natureza da jurisdição, que está obrigada a pronunciar-se diante de um pedido formulado por alguém;

(V) O juiz estará isento de responder por perdas e danos caso retarde, sem justo motivo, providências que deva ordenar de ofício;

(F) O juiz tem o poder e o dever de impedir a colusão devendo, quando convencido dessa circunstância, proferir sentença que obste aos objetivos visados.

45) Assinale a alternativa INCORRETA:

(F) A denunciação da lide é obrigatória ao proprietário ou ao possuidor indireto quando, por força de obrigação ou direito, em caso como o do usufrutuário, do credor pignoratício, do locatário, o réu, citado em nome próprio, exerça a posse direta da coisa demandada;

(V) A denunciação da lide é obrigatória a todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum;

(F) A denunciação da lide é obrigatória àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda;

(F) A denunciação da lide é obrigatória ao alienante, na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta.

46) Em relação ao Procedimento Ordinário assinale a alternativa INCORRETA:

- (F) O pedido deve ser certo ou determinado. É lícito, porém, formular pedido genérico quando a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu;
- (F) Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, considerar-se-ão elas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor. Se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou de consigná-las, a sentença as incluirá na condenação, enquanto durar a obrigação;
- (V) É permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão, independente da competência do mesmo juízo para conhecê-los;
- (F) É lícito formular mais de um pedido em ordem sucessiva, a fim de que o juiz conheça do posterior, em não podendo acolher o anterior.

47) Assinale a alternativa INCORRETA:

- (V) Faz coisa julgada a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo;
- (F) É defeso à parte discutir, no curso do processo, as questões já decididas, a cujo respeito se operou a preclusão;
- (F) Não fazem coisa julgada os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença, e a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença;
- (F) Passada em julgado a sentença de mérito, reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que a parte poderia opor assim ao acolhimento como à rejeição do pedido.

48) Sobre "liquidação da sentença", assinale a alternativa INCORRETA:

- (F) Procede-se à liquidação da sentença, quando a mesma não determinar o valor ou não individualizar o objeto da condenação;
- (F) Far-se-á a liquidação por arbitramento quando determinado pela sentença ou convencionado pelas partes, ou quando exigir a natureza do objeto da liquidação;
- (F) Far-se-á liquidação por artigos, quando, para determinar o valor da condenação, houver necessidade de alegar e provar fato novo;
- (V) É possível, na liquidação, modificar a sentença que julgou a lide.

49) Assinale a alternativa INCORRETA:

- (F) Cabe "ação de nunciação de obra nova" ao proprietário ou possuidor, a fim de impedir que a edificação de obra nova em imóvel vizinho lhe prejudique o prédio, suas servidões ou fins a que é destinado;
- (V) Na "ação de anulação e substituição de títulos ao portador", aquele que tiver perdido título ao portador ou dele houver sido injustamente desaposado poderá requerer-lhe a anulação e substituição por outro, mas não poderá reivindicá-lo da pessoa que o detiver;
- (F) A medida conhecida como "interdito proibitório" cabe ao possuidor, direto ou indireto, que tenha justo receio de ser molestado na posse, o qual poderá impetrar ao juiz que o segure da turbação ou esbulho iminente, mediante mandado proibitório, em que se comine ao réu determinada pena pecuniária, caso transgredir o preceito;
- (F) Em se tratando de "ação de consignação em pagamento", se ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o pagamento, o autor requererá o depósito e a citação dos que o disputam para provarem o seu direito.

50) Assinale a alternativa CORRETA:

- (V) Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos terão prioridade na tramitação de todos os atos e diligências em qualquer instância;
- (F) Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos terão prioridade na tramitação de todos os atos e diligências, restritas ao julgamento em segundo grau e nos Tribunais Superiores;
- (F) Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos terão prioridade restrita aos Tribunais Superiores;
- (F) Concedida a prioridade na tramitação, para os beneficiados maiores de sessenta e cinco anos, esta cessará com a morte do beneficiado.

51) Assinale a alternativa INCORRETA:

- (F) A propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela, cujos requisitos estejam provados;
- (V) Na pendência do processo possessório pode o autor, assim como o réu, intentar a ação de reconhecimento do domínio;
- (F) É lícito ao autor cumular ao pedido possessório o de condenação em perdas e danos, ou cominação de pena para caso de nova turbação ou esbulho;
- (F) É lícito ao autor cumular ao pedido possessório o de desfazimento de construção ou plantação feita em detrimento de sua posse.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

52) Assinale a alternativa INCORRETA:

- (V) A representação é retratável a qualquer momento;
- (F) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministério da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo;
- (F) Nos crimes de ação privada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, nomeará advogado para promover a ação penal;
- (F) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba ação pública,

fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

53) Assinale a alternativa CORRETA:

- (F) No crime tentado a competência é determinada pelo lugar onde iniciou a execução do delito;
- (V) Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção;
- (F) Nos crimes de ação penal privada a competência é determinada pelo lugar da infração, não podendo ser a do domicílio do réu;
- (F) A competência é sempre determinada pelo lugar da infração.

54) Assinale a alternativa INCORRETA:

- (F) As questões atinentes à competência resolver-se-ão não só pela exceção própria, como também pelo conflito positivo ou negativo de jurisdição;
- (F) O Supremo Tribunal Federal, mediante advocatária, restabelecerá a sua jurisdição, sempre que exercida por qualquer dos juizes ou tribunais inferiores;
- (F) O conflito de jurisdição pode ser suscitado por qualquer dos juizes em causa;
- (V) No caso de conflito positivo de jurisdição o juiz é obrigado a determinar a suspensão do curso do processo.

55) Assinale a alternativa CORRETA:

- (V) Se o indiciado for preso em razão de decretação de custódia cautelar, o prazo para a conclusão do inquérito será de 10 (dez) dias, contados da data do cumprimento da ordem;
- (F) O cumprimento de mandado de prisão expedido por autoridade judiciária compete aos oficiais de justiça, que poderão se fazer acompanhar de policiais;
- (F) Sendo menor o indiciado, será comunicado o juiz imediatamente, que lhe nomeará curador;
- (F) Estando evidente a inexistência de crime pode a autoridade policial determinar o arquivamento do inquérito.

56) Assinale a alternativa INCORRETA:

- (F) É vedado à testemunha trazer o termo de depoimento por escrito, permitida breve consulta a apontamentos;
- (V) A falta de correta identificação da testemunha impede que a autoridade lhe tome o depoimento;
- (F) São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho;
- (F) Se o juiz, ao pronunciar sentença final, reconhecer que alguma testemunha fez afirmação falsa, calou ou negou a verdade, remeterá cópia do depoimento à autoridade policial para a instauração de inquérito.

57) Sobre a competência, assinale a alternativa INCORRETA:

- (V) Se duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração, em processos distintos, estes serão reunidos por força de conexão, que determinará a competência;
- (F) A competência será determinada pela conexão se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras;
- (F) A competência será determinada pela conexão se, no mesmo caso, houverem umas sido praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas;
- (F) A competência será determinada pela conexão quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

58) Assinale a alternativa CORRETA:

- (F) O acusado que tiver para si nomeado defensor dativo não poderá ser compelido a pagar-lhe honorários;
- (F) A falta de comparecimento do defensor em audiência é causa suficiente para o seu adiamento;
- (V) Somente pode o réu se defender pessoalmente se tiver habilitação necessária;
- (F) A constituição de defensor só se prova pela juntada do instrumento de mandato.

59) Sobre o exame de corpo de delito, assinale a alternativa INCORRETA:

- (F) O perito oficial é dispensado de prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo;
- (F) O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora;
- (F) Se houver divergência entre os peritos, serão consignadas no auto de exame as declarações e respostas de um e de outro, ou cada um redigirá separadamente o seu laudo, e a autoridade nomeará um terceiro;
- (V) O laudo pericial poderá ser assinado por um perito nomeado pela autoridade ou oficial.

60) Das afirmações abaixo, assinale a seguir a alternativa CORRETA:

- I - É admitida a assistência pelo ofendido na ação penal privada;
- II - O assistente admitido, na hipótese cabível, recebe o processo no estado em que se encontra;
- III - O co-réu no mesmo processo não pode intervir como assistente do Ministério Público;
- IV - Do despacho que não admitir a assistência cabe recurso em sentido estrito.

(V) As alternativas II e III estão corretas;

- (F) As alternativas II, III e IV estão corretas;
- (F) As alternativas I, III e IV estão incorretas;
- (F) As alternativas I e III estão incorretas.

61) Sobre a prisão preventiva, assinale a alternativa CORRETA:

- (F) A prisão preventiva pode ser decretada pela autoridade que preside o inquérito policial ou a ação penal;
- (F) O querelante não pode requerer a prisão preventiva do acusado;
- (F) A garantia da ordem econômica não é fundamento jurídico para a decretação da prisão preventiva;
- (V) O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decreta-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

62) Sobre os prazos, no processo de competência do Tribunal do Júri, assinale a alternativa INCORRETA:

- (F) O edital para a intimação do réu da sentença de pronúncia deverá conter o prazo de 30 (trinta) dias;
- (V) Encerrada a instrução, mandará o juiz dar vistas dos autos para alegações ao Ministério Público e à defesa, sucessivamente, pelo prazo de 03 (três) dias;
- (F) O prazo para o Ministério Público oferecer libelo acusatório depois da sentença de pronúncia é de 05 (cinco) dias;
- (F) O prazo para a defesa contrariar o libelo crime acusatório é de 05 (cinco) dias.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

63) Acerca do salário-família assinale a alternativa correta:

- (F) A doméstica possui direito ao salário-família, assim como qualquer outro trabalhador;
- (F) Por tratar-se de salário, integra a remuneração do empregado, em condições de recebê-lo, para todos os efeitos;
- (V) O salário-família devido ao trabalhador avulso poderá ser recebido pelo sindicato de classe respectivo, que se incumbirá de elaborar as folhas correspondentes e de distribuí-lo;
- (F) As cotas do salário-família serão pagas pela empresa, mensalmente, junto com o salário, efetivando-se a compensação quando do recolhimento das contribuições, conforme dispuser o Regulamento, e a empresa conservará durante 05 (cinco) anos somente os comprovantes dos pagamentos, para exame pela fiscalização da Previdência Social. A Justiça do Trabalho não possui competência para determinar descontos previdenciários.

64) Assinale a assertiva correta em relação aos elementos caracterizadores da relação de emprego:

- (F) A atividade pessoal não se limita à figura do empregado, admitindo-se, nesta esteira, que o prestador do serviço constitua uma pessoa jurídica ou entidade coletiva. O empregado não precisa ser necessariamente uma pessoa física;
- (F) A eventualidade, como outro elemento caracterizador da relação de emprego, significa o trabalhador que labora de forma esporádica ou fortuita para inúmeras empresas sendo considerado eventual, existindo direito trabalhista, vez que presente a caracterização do vínculo de emprego com qualquer uma das entidades que utiliza seu serviço;
- (F) Estando presentes os demais requisitos da relação empregatícia e ausente apenas o pagamento salarial, não há como se configurar o vínculo empregatício, ainda que em tese. Porém poderá ser pleiteada ação de indenização perante a Justiça Comum;
- (V) A subordinação jurídica é o poder hierárquico do empregador em relação às atividades do empregado.

65) Quanto à capacidade no Direito do Trabalho, assinale a alternativa correta:

- (F) O empregado maior de 18 (dezoito) anos e menor de 21 (vinte e um) anos é relativamente capaz para contratar, contratar, sem, no entanto, firmar recibos;
- (F) O empregado maior de 16 (dezesesseis) anos é plenamente capaz, podendo praticar com assistência os atos necessários à execução do contrato, inclusive firmar recibos de salários, mas não pode firmar recibo rescisório sem assistência;
- (V) O menor de 16 (dezesesseis) anos é incapaz e seu trabalho é proibido, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos e até os 18 (dezoito) anos; mesmo sendo aprendiz, é relativamente incapaz o menor entre 14 e 16 anos, deverá ser assistido, mas prevalece a opinião no sentido de que deve ser representado por seus pais ou responsável;
- (F) O atleta profissional de futebol e o peão de rodeio são absolutamente incapazes antes dos 16 (dezesesseis) anos e relativamente incapazes entre 16 (dezesesseis) e 21 (vinte e um) anos, idade em que só podem firmar contrato com assentimento do responsável legal. Entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos, a ausência de assentimento do responsável legal não pode ser suprida judicialmente.

66) Assinale a alternativa correta:

- (V) O contrato de aprendizagem trata-se de contrato por prazo determinado que deve ser fixado por escrito, indicando expressamente o curso, objeto da aprendizagem, a jornada diária, semanal, remuneração, termo inicial e final, há que ser anotado em CTPS, prevê salário mínimo, duração de 06 (seis) horas - incluindo as horas destinadas à aprendizagem teórica, 08 (oito) horas para os que já completaram o ensino fundamental;
- (F) A duração do contrato de experiência pode ser superior a 90 (noventa) dias, permite uma renovação que não ultrapasse este limite, embora incluído pelo legislador na modalidade de contrato por prazo determinado, assemelha-se muito mais a uma simples fase prévia do contrato por prazo indeterminado, pois, uma vez ultrapassado o limite do contrato de experiência, o pacto prossegue em todas as suas cláusulas, tratando-o parte da doutrina como uma condição resolutiva inserta no contrato, qual seja, o mal êxito da prova. A rescisão antecipada não produz qualquer efeito;
- (F) O contrato de trabalho por obra certa é uma espécie de contrato por prazo indeterminado, que pode ser enquadrado na condição de "serviços especificados", como também de "um acontecimento suscetível de previsão aproximada". Ainda, o contrato por obra certa só pode ser formalizado com o construtor de obras da construção civil, ou seja a natureza da obra há que ser material;
- (F) Ao contrato de trabalho temporário por prazo determinado criado para incentivo a novos empregos, conforme a Lei 9601/98 e regulamentado pelo Decreto 2490/98, aplicam-se todas as normas genéricas dos contratos por prazo determinado, não se exigindo procedimento formal.

67) Acerca da transferência, assinale a alternativa correta:

- (F) É ilícita a transferência do empregado em caso de necessidade de serviço, independente de pagamento de adicional de

transferência;

(V) Há certos empregados que em razão de condições peculiares, não podem ser transferidos. A CLT impede a transferência de empregados eleitos para cargo de administração sindical ou de representação profissional para localidades que impeçam o desempenho dessas atribuições;

(F) A lei não prevê a concessão de medidas liminares pelos Juizes do Trabalho, sustando transferências ilícitas;

(F) Em caso de necessidade do serviço, o empregador poderá transferir o empregado para localidade diversa da que resultar do contrato, ficando obrigado ao pagamento suplementar de 20% (vinte por cento) dos salários que o empregado percebia naquela localidade, enquanto durar essa situação.

68) Sobre a conciliação efetuada nos autos de ação trabalhista é correto afirmar:

(F) As partes são obrigadas a discriminar as verbas pagas na realização do acordo com os respectivos pedidos elencados na petição inicial em audiência ou petição, sob pena de não homologação pelo Juízo da composição;

(V) O juiz deve propor a conciliação entre as partes na abertura da audiência inicial e após o término da audiência de instrução;

(F) Não é incumbência do Juiz propor a conciliação entre as partes;

(F) Só é permitida a realização de acordo nos autos na fase de instrução, enquanto ainda não prolatada sentença, não podendo o mesmo ser noticiado após esta fase processual.

69) Em relação às férias é correto afirmar:

(F) As férias dos empregados não podem ser fracionadas quando da sua concessão, devendo ser concedidos trinta dias corridos para descanso do empregado;

(F) Durante o ano de concessão das férias, é o empregado que determina a melhor época de gozá-las;

(V) É facultado ao empregado converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seja devida nos dias correspondentes;

(F) O pagamento da remuneração das férias e do abono é feito após o período concessivo das mesmas.

ESTATUTO DA OAB, ÉTICA E DISCIPLINA

70) Sobre as atividades privativas de advocacia, assinale a alternativa INCORRETA:

(F) São atividades privativas da advocacia as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas;

(F) Não se inclui na atividade privativa de advocacia a impetração de habeas corpus em qualquer instância ou tribunal;

(F) Os atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas, sob pena de nulidade, só podem ser admitidos a registro, nos órgãos competentes, quando visados por advogados;

(V) A divulgação da atividade de advocacia pode ser feita em conjunto com outra atividade, desde que esta seja compatível.

71) Sobre o exercício da advocacia, assinale a alternativa INCORRETA:

(V) São anuláveis os atos privativos de advogado praticados por pessoa não inscrita na OAB, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas;

(F) São nulos os atos praticados por advogado impedido - no âmbito do impedimento - suspenso, licenciado ou que passar a exercer atividade incompatível com a advocacia;

(F) Exercem atividade de advocacia, sujeitando-se ao regime desta Lei, além do regime próprio a que se subordinem, os integrantes da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional, da Defensoria Pública e das Procuradorias e Consultorias Jurídicas dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas entidades de administração indireta e fundacional;

(F) O exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

72) Assinale a alternativa CORRETA:

(F) O inscrito na OAB que passar a exercer em definitivo atividade incompatível com a advocacia, terá sua inscrição cancelada de ofício pelo Conselho competente, não podendo ser feita a comunicação por qualquer pessoa;

(V) Aquele que sofrer a penalidade de exclusão poderá requerer nova inscrição, devendo fazer prova de reabilitação;

(F) O inscrito que vier a perder um dos requisitos para a inscrição, não terá esta cancelada, por ser direito adquirido;

(F) O novo pedido de inscrição restaura o número de inscrição anterior.

73) Assinale a alternativa CORRETA:

(F) São admitidas a registro as sociedades de advogados que apresentem forma mercantil e adotem denominação de fantasia;

(F) Não pode ser deferido o licenciamento do sócio para exercer atividade incompatível com a advocacia em caráter temporário;

(V) A razão social deve ter, obrigatoriamente, o nome de, pelo menos, um advogado responsável pela sociedade, podendo permanecer o de sócio falecido, desde que prevista tal possibilidade no ato constitutivo;

(F) O registro de sociedade de advogados pode ser arquivado nos cartórios de registro civil de pessoas jurídicas e nas juntas comerciais, de sociedade que inclua, entre outras finalidades, a atividade de advocacia.

74) Assinale a alternativa CORRETA:

(V) São impedidos de exercer a advocacia os servidores da administração direta, indireta e fundacional, contra a Fazenda Pública que os remunere ou a qual seja vinculada a entidade empregadora;

(F) A incompatibilidade determina a proibição parcial do exercício da advocacia;

(F) O impedimento determina a proibição total do exercício da advocacia;

(F) Aqueles que exerçam função de julgamento em órgãos de deliberação coletiva da administração pública direta ou indireta, são impedidos de exercer a advocacia.

75) Sobre as infrações éticas e disciplinares, cometidas por advogado, assinale a alternativa INCORRETA:

(F) Exercer a profissão, quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não inscritos, proibidos ou impedidos, caracteriza uma infração disciplinar;

(F) Violar, sem justa causa, sigilo profissional é uma infração disciplinar;

(F) Recusar-se a prestar, sem justo motivo, assistência jurídica, quando nomeado em virtude de impossibilidade da Defensoria Pública, configura o cometimento de infração disciplinar;

(V) Valer-se de agenciador de causas, mediante participação nos honorários a receber, não é infração ética.

76) Sobre o processo disciplinar na OAB, assinale a alternativa INCORRETA:

(F) Todos os prazos necessários à manifestação de advogados, estagiários e terceiros, nos processos em geral da OAB, são de 15 (quinze) dias, inclusive para interposição de recursos;

(V) Salvo disposição em contrário, aplicam-se subsidiária e exclusivamente ao processo disciplinar as regras da legislação processual civil;

(F) Nos casos de publicação na imprensa oficial do ato ou da decisão, o prazo inicia-se no primeiro dia útil seguinte;

(F) Nos casos de comunicação por ofício reservado, ou de notificação pessoal, o prazo se conta a partir do dia útil imediato ao da notificação do recebimento.

77) Sobre o processo disciplinar na OAB, assinale a alternativa INCORRETA:

(F) O poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB compete exclusivamente ao Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, salvo se a falta for cometida perante o Conselho Federal;

(V) Cabe ao Conselho Seccional competente, julgar os processos disciplinares, instruídos pelas Subseções ou por relatores do próprio Conselho;

(F) O Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho onde o advogado representado tenha inscrição principal pode suspendê-lo preventivamente, em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, depois de ouvi-lo em sessão especial para a qual deve ser notificado a comparecer, salvo se não atender à notificação. Neste caso, o processo disciplinar deve ser concluído no prazo máximo de noventa dias;

(F) A jurisdição disciplinar não exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, deve ser comunicado às autoridades competentes.

78) Sobre os recursos na OAB, assinale a alternativa INCORRETA:

(F) Cabe recurso ao Conselho Seccional de todas as decisões proferidas pela diretoria da Subseção;

(F) Todos os recursos têm efeito suspensivo, exceto quando tratarem de eleições, de suspensão preventiva decidida pelo Tribunal de Ética e Disciplina, e de cancelamento da inscrição obtida com falsa prova;

(V) Cabe recurso ao Conselho da Subseção das decisões proferidas por seu Presidente;

(F) Cabe recurso ao Conselho Federal de todas as decisões definitivas proferidas pelo Conselho Seccional, quando não tenham sido unânimes ou, sendo unânimes, contrariem esta Lei, decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional e, ainda, o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos.

79) Sobre os deveres éticos do advogado, assinale a alternativa INCORRETA:

(V) Pode o advogado entender-se diretamente com a parte adversa que tenha patrono constituído, sem o assentimento deste;

(F) É dever do advogado aconselhar o cliente a não ingressar em aventura judicial;

(F) É dever do advogado empenhar-se, permanentemente, em seu aperfeiçoamento pessoal e profissional;

(F) É dever do advogado estimular a conciliação entre os litigantes, prevenindo, sempre que possível, a instauração de litígios.

80) Sobre a atividade da advocacia, assinale a alternativa INCORRETA:

(F) O exercício da advocacia é incompatível com qualquer procedimento de mercantilização;

(V) A conclusão ou desistência da causa, com ou sem a extinção do mandato, desobriga o advogado à pormenorizada prestação de contas;

(F) É vedado o oferecimento de serviços profissionais que impliquem, direta ou indiretamente, inculcação ou captação de clientela;

(F) É defeso ao advogado expor os fatos em Juízo falseando deliberadamente a verdade.